



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CARMEM CLEIDE ALVES FERNANDES

DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO: UMA RECONSIDERAÇÃO SOBRE AS
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

CAJAZEIRAS-PB
2017

CARMEM CLEIDE ALVES FERNANDES

**DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO: UMA RECONSIDERAÇÃO SOBRE AS
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Cajazeiras, em cumprimento as exigências acadêmicas para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Hérica Paiva Pereira

**CAJAZEIRAS-PB
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

F363d Fernandes, Carmem Cleide Alves.
Desafios da alfabetização: uma reconsideração sobre as práticas pedagógicas / Carmem Cleide Alves Fernandes. - Cajazeiras, 2017.
51f.: il.
Bibliografia.

Orientadora: Profª. Dra. Hérica Paiva Pereira.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2017.

1. Alfabetização - métodos. 2. Letramento. 3. Escrita. 4. Leitura. I. Pereira, Hérica Paiva. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 37.014.22

CARMEM CLEIDE ALVES FERNANDES

**DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO: UMA RECONSIDERAÇÃO SOBRE AS
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Aprovado em 10/08/2017

BANCA EXAMINADORA

Hérica Paiva Pereira

Profa.Dra. Hérica Paiva Pereira – Orientadora
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Belijane Marques Feitosa

Profa. Ma. Belijane Marques Feitosa – Membro
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Adriana Sidralle Rolim de Moura

Profa. Dra. Adriana Sidralle Rolim de Moura – Membro
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Dedico o presente trabalho à minha família pela compreensão que sempre tiveram para comigo a cada etapa desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter iluminado cada dia desta conquista. Por ter me mostrado sempre e em todo lugar que sou capaz de vencer.

A minha família, por toda ajuda que me foi dada, pela confiança em mim deposita e pelo incentivo tão necessário nestes cinco anos de batalha para a realização deste sonho.

A todos os professores da Universidade Federal de Campina Grande, CFP, campos Cajazeiras que contribuíram significativamente para minha formação.

A todas as colegas de curso pelas alegrias, angústias e aprendizados que trilhamos juntas.

E em especial à professora Hérica Paiva Pereira por ter sido tão importante para minha caminhada.

***A leitura de mundo precede a leitura da
palavra.***

Paulo Freire

RESUMO

O processo de alfabetização é uma ação que garante ao sujeito o conhecimento inicial e básico para a aquisição da leitura e da escrita, no entanto, não é suficiente para suprir as necessidades sociais que a sociedade moderna exige. Nessa conjuntura questiona-se por que a alfabetização é alvo de sucessivas mudanças, baseadas, sobretudo, nos altos índices de fracasso escolar? Essa pergunta é a fonte norteadora que direciona essa pesquisa, ao buscar compreender porque a escola encontra tanta dificuldade para formar alunos capazes de construir seu próprio conhecimento, como sujeitos participativos e críticos na sociedade. Nesse contexto, o trabalho tem como objetivo mostrar que o alfabetizar letrando é o processo mais eficaz para desenvolver cidadãos competentes e críticos no que fazem, uma vez que, a partir de suas práticas, aborda todo o contexto social em que está inserida a criança. Para isso, os estudos, aqui apresentados, estão fundamentados, especialmente nos aportes teóricos de DIAS (2001), ao descrever os métodos sintéticos e analíticos, FERREIRO E TEBEROSKY (1999), com a Psicogênese da língua escrita, MORTATTI (2008), e a história da alfabetização no Brasil, SOARES (2017) E KLEIMAN (2007) como estudiosas a respeito do letramento. Quanto ao procedimento metodológico, adotou-se a pesquisa bibliográfica, com caráter descritivo, sob uma abordagem qualitativa. Os resultados obtidos, nessa pesquisa, apontam que a alfabetização deve partir do pressuposto de que alfabetizar não é apenas ensinar a ler e escrever, através de um método que a cartilha propõe, e sim formar alunos críticos e capazes de interagir na sociedade. Nesse contexto faz-se necessário propiciar aos alunos caminhos para que eles aprendam, de forma consciente e consistente, os mecanismos de apropriação de conhecimentos que os façam capazes de atuar criticamente em seu espaço social.

Palavras Chave: Alfabetização. Métodos. Letramento.

ABSTRACT

The process of literacy is an action that guarantees the subject the initial and basic knowledge for the acquisition of reading and writing, however, is not enough to meet the social needs that modern society demands. At this juncture, it is questioned why literacy is the subject of successive changes, based, above all, on the high rates of school failure? This question is the guiding source for this research, in seeking to understand why the school finds it so difficult to form students capable of constructing their own knowledge as participatory and critical subjects in society. In this context, the paper aims to show that literacy literacy is the most effective process to develop competent and critical citizens in what they do, since, from their practices, it addresses the whole social context in which the child is inserted. For this, the studies, presented here, are based, especially in the theoretical contributions of DIAS (2001), when describing the synthetic and analytical methods, FERREIRO and TEBEROSKY (1999), with the Psicogênese of the written language, MORTATTI (2008), and The history of literacy in Brazil, SOARES (2017) and KLEIMAN (2007) as scholars on literacy. As for the methodological procedure, the bibliographic research was adopted, with a descriptive and exploratory character under a qualitative approach. The results obtained in this research indicate that literacy must be based on the assumption that literacy is not only teaching reading and writing, through a method that the booklet proposes, but to train students who are critical and capable of interacting in society. In this context it is necessary to provide students with ways to consciously and consistently learn the mechanisms of knowledge appropriation that enable them to act critically in their social space.

.

Keywords: Literacy. Methods. Literature

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Carta do ABC.....	13
Figura 2 – Método sintético alfabético.....	15
Figura 3 – Método sintético fonético.....	16
Figura 4 – Método sintético silábico.....	17
Figura 5 – Método analítico da palavração.....	19
Figura 6 – Método analítico da sentencição.....	19
Figura 7 – Estágio sensório motor.....	23
Figura 8 – Estágio pré-operatório.....	24
Figura 9 – Estágio das operações concretas.....	25
Figura 10 – Estágio operatório formal.....	25
Figura 11 – Nível pré-silábico.....	29
Figura 12 – Nível silábico.....	29
Figura 13 – Nível silábico alfabético.....	30
Figura 14 – Nível alfabético.....	30
Figura 15 – Nível alfabético ortográfico.....	31
Figura 16 – Trabalho com gêneros textuais.....	36
Figura 17 – Desenvolvimento da escrita.....	37
Figura 18 – Incentivo à leitura.....	39
Figura 19 – Práticas de letramento.....	39
Figura 20 – Novas tecnologias e educação.....	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: Conceitos e concepções	12
1.1 Os primórdios da Alfabetização no Brasil.....	12
1.2 Concepções acerca dos Métodos: Sintéticos e Analíticos	14
1.2.1 Método Sintético	14
1.2.2 Método Analítico	18
2 NOVAS PERSPECTIVAS DE ALFABETIZAR: Do Construtivismo ao Alfabetizar letrando.....	22
2.1 O Construtivismo e um novo olhar para a Alfabetização	22
2.2 A Psicogênese da Língua Escrita na perspectiva de Ferreiro e Teberosky	26
2.3 A alfabetização sob a ótica do letramento.	33
2.3.1 Alfabetizar letrando	37
2.3.2 O desafio do professor diante das novas práticas de letramento.....	40
3 UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO ALFABETIZAR LETRANDO	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico foi baseado, sobretudo, nas práticas de Alfabetização, desenvolvidas pelas escolas brasileiras, desde o período da Proclamação da República, passando pelos métodos sintéticos e analíticos, construtivismo, até as práticas de letramento.

As discussões em torno das dificuldades para a aprendizagem do sistema de escrita foi sempre uma constante no meio educacional, uma vez que o fracasso escolar sempre foi uma realidade. A partir destas discussões, tem se constatado uma precariedade no que concerne ao domínio e à apropriação da leitura e da escrita, por parte dos alunos, fazendo-se necessário a adoção de posturas diferenciadas, que rompam paradigmas e que promovam uma nova concepção de alfabetização. Com isso, alfabetizar significa construir e intensificar, nas escolas, práticas sociais letradas, ou seja, desenvolvidas a partir dos aspectos sociais dos educandos.

Neste contexto, falar acerca do processo de alfabetização no Brasil é fazer uma retrospectiva diante das transformações que ocorreram, ao longo de décadas, nos métodos e nas práticas pedagógica dos docentes alfabetizadores. Para tanto, não se pode ignorar a ideia de que a alfabetização é uma condição indispensável para o processo de ensino e aprendizagem, não importando onde esta aconteça, mas sim a autonomia que esta pode proporcionar aos discentes enquanto sujeitos ativos em uma sociedade.

Diante da forma de como a alfabetização vem sendo construída, por meio dos métodos e concepções da época, questiona-se sobre a contribuição que o letramento pode dar a alfabetização. Nessa perspectiva, a pesquisa mostra que o alfabetizar letrando se diferencia dos demais métodos, por proporcionar uma educação significativa para seus alunos, uma vez que envolve as suas práticas sociais, contribuindo para que haja uma relação na construção do conhecimento unindo a experiência da criança com os novos conhecimentos adquiridos na escola.

Portanto, este trabalho se justifica pela intenção de mostrar a relevância acadêmica do tema, uma vez que esse estudo envolve, não somente a prática docente como também questões da Língua Portuguesa, sumamente importante para a criança desenvolver a consciência fonológica, a morfologia, a semântica, etc. Com isso, a intenção é oferecer aos professores alfabetizadores, possibilidades de práticas metodológicas várias, que considere a criança como um todo, e, portanto significativas

para elas.

Para a realização deste trabalho, traçou-se como objetivo geral mostrar que o alfabetizar letrando é o processo mais eficaz para desenvolver cidadãos competentes e críticos no que fazem, uma vez que, a partir de suas práticas, aborda todo o contexto social em que está inserida a criança. Já como objetivos específicos pretende-se descrever os procedimentos dos métodos sintético e analítico, apresentar as inovações que o Construtivismo proporcionou à educação, expor a prática do letramento e ressaltar a responsabilidade do professor letrador para com o sucesso da alfabetização.

Este está fundamentado, principalmente, nas ideias de DIAS (2001), ao descrever os métodos sintéticos e analíticos, FERREIRO E TEBEROSKY (1999), com a Psicogênese da língua escrita, MORTATTI (2008), e a história da alfabetização no Brasil, SOARES (2017) E KLEIMAN (2007) como estudiosas a respeito do letramento.

Para alcançar os objetivos propostos pelo estudo, adotou-se como procedimentos metodológicos um estudo bibliográfico, de caráter descritivo e exploratório, através de uma abordagem qualitativa.

Para uma melhor organização, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro trata da Alfabetização no Brasil, ao considerar os primórdios da Alfabetização e as contribuições dos métodos sintético e analítico. Enquanto que o segundo capítulo aborda a temática do Construtivismo, ressaltando a contribuição de Piaget, Ferreiro e Teberosky no que se refere à construção do conhecimento e a importância do trabalho de Paulo Freire para a Alfabetização de adultos. Este capítulo ainda trata do alfabetizar letrando e todas as suas implicações para uma alfabetização significativa. E finalmente, o último capítulo, apresenta uma proposta de intervenção pedagógica, a ser trabalhada com alunos do 1º ano do Ensino Fundamental. Esta está baseada nas ideias de Soares (2004), e visa inserir a criança em práticas reais de leitura e de escrita que as motive a ler e escrever, tornando assim a aprendizagem significativa.

1 A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: Conceitos e concepções

1.1 Os primórdios da Alfabetização no Brasil

Baseado nos estudos de Mortatti (2008), no período anterior à proclamação da República no Brasil, a escrita e a leitura eram práticas restritas a poucas pessoas da elite brasileira e sua transmissão era oferecida, de forma assistemática, pelas poucas escolas que existiam ou pela própria família.

Nas últimas décadas do século XIX, com a proclamação da República, a educação ganhou destaque, passando a ser o meio pelo qual, acreditava-se que o país chegaria à modernidade, realidade que vinha ocorrendo em vários países do mundo. Segundo os ideais republicanos promover o ensino da leitura e da escrita à população traria o tão almejado desenvolvimento social, uma vez que favoreceria a aquisição do saber a todos, sem distinção.

Seguindo ainda o pensamento de Mortatti (2008), para o governo da época, o acesso à leitura e à escrita, seria suficiente para abolir o analfabetismo, fortemente marcado no Brasil, porém, o discurso político sempre prevaleceu em detrimento das práticas propriamente ditas. Foi então que, após a proclamação da República, a educação brasileira passou a ser sistematizada e oferecida gratuitamente àqueles que tivessem interesse em estudar. Não obstante isso, as famílias preferiam que as crianças se dedicassem ao trabalho unicamente, já que, na maioria das vezes contribuía para a renda da família.

Para tentar resolver estas dificuldades, o governo brasileiro implementou a escolarização de práticas que contemplavam a leitura e a escrita, estas submetidas a um ensino organizado e intencional, com o objetivo de alavancar a sociedade brasileira rumo ao equilíbrio social. Foi assim que iniciou-se a construção de escolas/instituição, com a intenção de garantir uma educação de qualidade para seus alunos.

Uma vez institucionalizados, os estabelecimentos de ensino passaram a necessitar de profissionais capacitados que soubessem por em prática métodos eficazes para ensinar, ou seja, professores preparados para articular os melhores métodos de alfabetização.

Para a autora sempre existiu a necessidade de haver uma intervenção institucional de qualidade, mas infelizmente a aspiração sempre foi maior que a prática

utilizada nas escolas, já que grande parte dos professores, na época, ou não tinham a preparação adequada para alfabetizar ou os recursos eram insuficientes para que tal atividade se realizasse da maneira que se esperava.

O primeiro momento da alfabetização no Brasil foi marcado por salas de aula adaptadas, na maioria das vezes, na casa do próprio professor, já que não haviam escolas suficientes para suprir a necessidade da sociedade. Essas aulas eram oferecidas de forma gratuita, organizadas e sistemáticas e contemplavam diversas áreas do saber. O seu objetivo era desenvolver a leitura, a escrita e o contar, considerando os princípios básicos matemáticos. Além disso, eram oferecidos também, conhecimentos relacionados às normas de civilidade, a história pátria e a Doutrina cristã.

Numa mesma sala de aula se abrigavam alunos de todas as séries, o que dificultava o aprendizado e o trabalho dos professores. As dificuldades eram acentuadas ainda mais, pela falta de materiais adequados para se trabalhar. Nessa fase da nossa educação, o processo de ensino aprendizagem dependia do desempenho do professor bem como dos alunos para acontecer efetivamente, uma vez que os estímulos materiais para que a criança aprendesse a ler e escrever eram raros, opondo-se dessa forma, a pretensão inicial do governo republicano, que tinha por objetivo tornar os alunos das escolas primárias em pessoas capacitadas na leitura e na escrita de forma efetiva.

Nas primeiras escolas do período republicano, na maioria das vezes, os alunos aprendiam por meio das cartas do ABC, conhecidas como os primeiros materiais impressos para se trabalhar a alfabetização, constando apenas de uma folha em que estava escrito o alfabeto manuscrito, maiúsculo e minúsculo, de acordo com a figura abaixo:

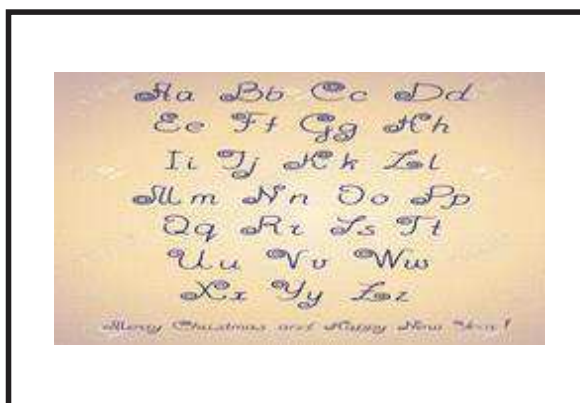


Figura 1:carta do ABC.

Fonte: <https://es.123rf.com/photo>.

1.2 Concepções acerca dos Métodos: Sintéticos e Analíticos

No final do século XIX, o Brasil passou a produzir suas primeiras cartilhas que foram baseadas, a princípio, nas concepções do método sintético e posteriormente no método analítico. Por muitos anos estas cartilhas foram utilizadas como norte para o processo de Alfabetização.

Desta forma, torna-se necessário entender as perspectivas e contribuições trazidas por esses métodos, para assim compreender as características da Educação no Brasil daquela época.

1.2.1 Método Sintético

As primeiras cartilhas que foram produzidas no Brasil tinham por base o método de marcha sintética, isto é, o processo de leitura e escrita que inicia-se da “parte para o todo” (MORTATTI, 2008, p.5) ou seja, partindo-se de unidades menores até se chegar à elaboração de palavras e frases. No entanto vale salientar que este “todo” não existia, uma vez que a preocupação maior era com as famílias silábicas, apresentadas de forma descontextualizadas, subestimando assim o desenvolvimento da leitura e escrita do aluno.

Segundo Mortatti (2008) estas cartilhas continham os métodos a serem seguidos pelos professores, bem como todo o conteúdo a ser ensinado em sala de aula. Este material era de responsabilidade do Governo Estadual que por sua vez tinha uma equipe composta de professores especializados na parte didática e por editores que se ocupavam de toda a formatação do livro até a sua publicação. Após a publicação este material era distribuído às escolas públicas.

O método sintético utilizado nessas cartilhas foi ao longo do tempo sendo modificado ou adaptado em decorrência da necessidade de se obter melhores resultados no processo de alfabetização, sendo utilizado para isso, as abordagens alfabética, fonética e silábica, de acordo com a ênfase que era dada a cada unidade geradora.

De acordo com os estudos de Dias (2001), o método sintético alfabético, primeiro a ser difundido em nossas escolas, era aquele que iniciava o processo de ensino da leitura pelas letras do alfabeto, apresentando-as aos alunos bem como seus respectivos nomes. Neste método as letras do alfabeto deveriam

ser memorizadas e só depois o aluno poderia fazer combinações entre as vogais e as consoantes, formando assim as sílabas ou famílias silábicas. Esse procedimento ocorria a partir das sílabas mais simples para as mais complexas, ou seja, monossílabos, dissílabos, trissílabos e sílabas não canônicas, como podemos ver através da figura que segue:

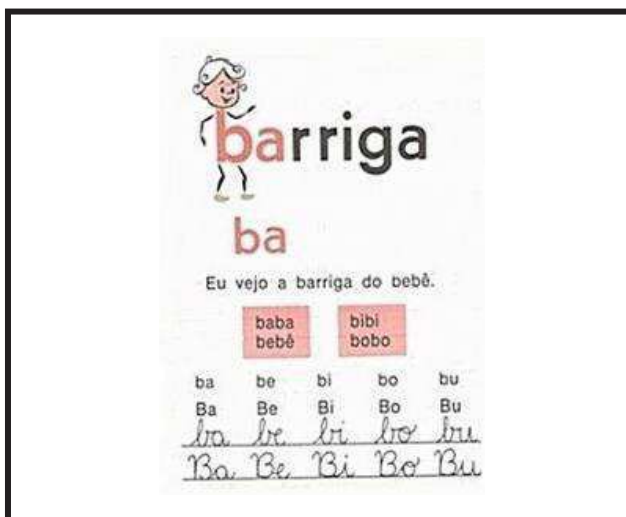


Figura 2: Método sintético alfabético.

Fonte: <http://metodofonico.com.br/metodos-de-alfabetizacao-1/>.

Este era um processo que exigia que os alunos repetissem inúmeras vezes às lições com o intuito de memorizar as combinações e assim, aprender com mais rapidez e facilidade. Em relação à escrita, esse método contemplava apenas a caligrafia que era desenvolvida por meio de ditados e cópias e também pela formação de frases, exigindo do aluno um traçado correto das letras com ênfase à ortografia.

No que diz respeito à leitura, uma das características principais desse método era a fragmentação, portanto não havia uma articulação entre o que era ensinado e a aprendizagem que se esperava do aluno, ou seja, as palavras e as frases que eram apresentadas, geralmente vinham separadas por sílabas, e os textos sem espaços entre as palavras e sem pontuação, para posteriormente serem trabalhados de forma normal, fato este que tornava o processo de leitura ainda mais complexo.

Diante das dificuldades e da falta de motivação em aprender, utilizando-se o método sintético alfabético, surgiu o método fonético, também de abordagem sintética. Como sugere o nome, este partia do princípio de se ensinar os sons das letras e não os nomes das mesmas, pois nem sempre o nome correspondia à grafia da letra apresentada, o que de certa forma, dificultava ainda mais o processo de apreensão

da leitura e da escrita por parte dos alunos. Vejamos a figura que ilustra o processo fonético:





		A	E	I	O	U	ÃO
	B	BA	BE	BI	BO	BU	BÃO
	C	CA	CE	CI	CO	CU	CÃO
	D	DA	DE	DI	DO	DU	DÃO
	F	FA	FE	FI	FO	FU	FÃO

Figura 3: método sintético fonético.

Fonte: <http://danizinhaeduca.blogspot.com.br>.

Para se ensinar por este método, iniciava-se o processo pela apresentação das vogais, fazendo sempre uma associação entre o nome e o som, para poder depois realizar uma combinação entre elas formando encontros vocálicos, ou seja, as primeiras palavras. Posteriormente apresentava-se as consoantes ou fonemas regulares e a junção dos mesmos com as vogais que formariam as sílabas, palavras, frases e textos, mas sempre de forma isolada.

Nesta abordagem, a apresentação das letras era acompanhada por gravuras para que o aluno pudesse associar a letra ao som inicial da palavra. Com isso esperava-se que o aprendiz fosse capaz de pronunciar qualquer palavra que estivesse ao seu alcance. Este método, porém, sofreu inúmeras críticas, pois abordava apenas as regularidades fonéticas, desconsiderando quase sempre as irregularidades que ocorrem com muitas letras do nosso alfabeto, que por vezes podem representar mais de um som, como é o caso da letra X que pode representar CH (abacaxi), Z (exagero), CS (táxi), S (explosão), etc.

O método sintético fonético buscava fazer uma associação entre o som e a grafia, ou seja, segundo essa concepção, para ler o aluno deveria ser capaz de decodificar o que estava escrito em forma de som.

Mesmo diante das mudanças ocorridas, as dificuldades continuaram a surgir, por isso adotou-se o método silábico ainda de abordagem sintética. Esse processo de aprendizagem era introduzido por sílabas que repetidas ou combinadas uma com as outras formariam palavras e frases, ilustradas por imagens cujos nomes iniciavam-se

pelas mesmas. Exemplo:

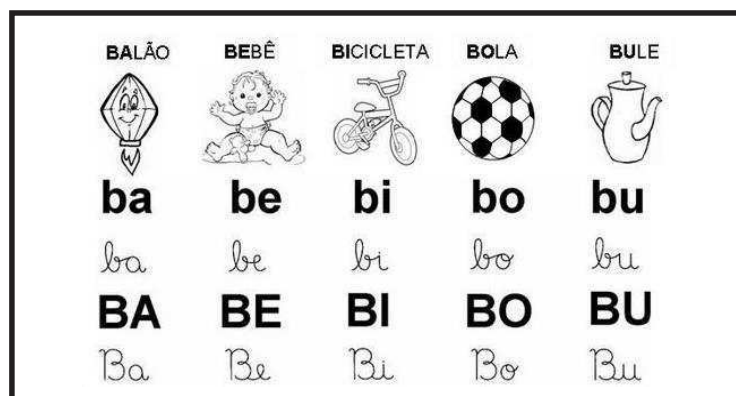


Figura 4: Método sintético silábico.

Fonte: <http://professoramarciavaleria.blogspot.com.br>.

De forma geral, os métodos de orientação sintética desenvolviam-se a partir de uma evolução gradativa de unidades mais simples para unidades mais complexas por meio da decodificação, da análise fonológica e também pela relação estabelecida entre fonemas e grafemas. Nesta perspectiva Dias (2001) explica:

As críticas feitas aos métodos de orientação sintética ressaltaram a falta de interesse, de motivação do aluno, que se vê obrigado a memorizar (decodificar apenas) símbolos que lhe são estranhos. Além disso, consideramos equivocado o ponto de partida escolhido por essa abordagem, que é contrária à lógica de aprender do aluno: como vimos, o início de tudo está na compreensão da totalidade (p.103).

Como se pode observar estas abordagens do método sintético pouco contribuíram com o processo de alfabetização.

Para Mortatti (2008) esse momento foi marcado por intensos debates em torno de soluções para a educação oferecida pelas escolas brasileiras. Esses incluíam discussões sobre a organização metodológica dessas escolas, bem como a profissionalização dos professores e seus saberes, já que não havia, na época formações que preparasse o professor alfabetizador como também as escolas não estavam completamente aptas a promover esta alfabetização de forma eficaz.

Esse fracasso ocorrido desde sempre no processo de alfabetização adotado pelas nossas escolas, passou então a ser amplamente discutido por aqueles que realmente, preocupados com o rumo da nossa educação, buscavam soluções para tal fenômeno. A explicação para esse problema para alguns, ora se devia aos alunos que não tinham interesse, ora às condições sociais, políticas públicas desenvolvidas para

a educação ou ainda pelos métodos utilizados pelos professores em sala de aula.

Para a autora:

Decorridos mais de cem anos desde a implantação, em nosso país, do modelo republicano de escola, podemos observar que, desde essa época, o que hoje denominamos “fracasso escolar na alfabetização” se vem impondo como problema estratégico a demandar soluções urgentes e vem mobilizando administradores públicos, legisladores do ensino, intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, educadores e professores. Nesse sentido, houve a necessidade de se promover mudanças, principalmente no que estava relacionado aos métodos de alfabetização utilizados até então (MORTATTI, 2006, p. 3).

No Brasil, a história da alfabetização está diretamente relacionada à história dos métodos de alfabetização utilizados para ensinar crianças a ler e a escrever. Desde o final do século XIX, ocorrem discussões para determinar que método seria mais eficaz para diminuir as dificuldades que muitas vezes as crianças enfrentam ao chegarem no momento de serem alfabetizadas, ou seja na hora de aprender a ler e escrever, uma vez que o método tem a finalidade de possibilitar o desenvolvimento da aprendizagem.

Diante de tantas dificuldades para se alfabetizar os alunos nas escolas brasileiras, a mudança tornava-se cada vez mais necessária, por isso era preciso superar os fatores responsáveis pelo fracasso educacional, principalmente no tocante à escrita e à leitura. Dessa forma, a partir de 1890, o estado de São Paulo realizou a reforma da instrução pública, que tinha por base os novos métodos de ensino, mais precisamente o método analítico, este tido como revolucionário que poderia ser a solução para os problemas da alfabetização nas escolas brasileiras. Foi então que, os professores paulistas passaram a divulgar programaticamente o método analítico, difundindo-o para os demais estados da nação.

1.2.2 Método Analítico

O método analítico, difundido no Brasil, era baseado em princípios didáticos, fortemente influenciados pela pedagogia norte americana.

Nesse método, o ensino da leitura era iniciado partindo do todo para as partes, ou seja, tudo começava pela exposição das palavras, das frases e das historietas (que eram frases relacionadas entre si por meio de nexos lógicos) para depois, de forma detalhada, fazer uma análise constitutiva de suas partes.

É importante ressaltar que o método analítico foi abordado a partir de duas concepções: a palavrção e a sentencição. No processo da palavrção, o professor apresentava aos alunos listas de palavras ilustradas, que seriam memorizadas, para depois serem divididas em sílabas, que por sua vez, serviriam de base para a formação de novas palavras.



Figura 5: Método analítico da palavrção.

Fonte: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com>.

Já o processo de sentencição, era iniciado a partir de frases para serem memorizadas, sem recursos visuais. Depois disso, estas frases eram fragmentadas em palavras e sílabas que, isoladas seriam analisadas em relação aos seus grafemas e fonemas. Como mostra a imagem a seguir:



Figura 6: Método analítico da sentencição.

Fonte: <http://www.espacoeducar.net>.

Outra característica importante, desse método, era a preocupação em fazer o aluno aprender a partir de algo que tinha de uma forma ou de outra uma significação

para ele. Para os defensores desse método, este seria o diferencial necessário para despertar o interesse dos alunos e conseqüentemente a sua aprendizagem de forma mais rápida e concreta.

Como resultado, a aplicação deste método passou a ser obrigatória em todas as escolas do Estado de São Paulo, influenciando os métodos de alfabetização utilizados em todo o país. Vale salientar que foi a partir deste período que a publicação de cartilhas para a alfabetização passou a ser baseada programaticamente no método de marcha analítica.

Apesar das expectativas que se estabeleceram em torno do método analítico, este não passou, para muitos estudiosos do assunto, de uma adaptação dos métodos sintéticos, pois de toda forma, ao fragmentar uma palavra e expor suas partes constitutivas, o processo novamente apresentava as letras, sílabas e assim, voltava a ser sintético novamente. Além disso, muitos criticavam a lentidão com que se aprendia por esse método. Para Dias (2001) esse método era apenas uma forma de ampliar a vendagem das cartilhas que o continham, uma vez que ele não surtia efeitos pedagógicos significativos, o que se considerava importante para a aprendizagem.

A situação educacional brasileira tinha avançado, no entanto estes resultados ainda deixavam a desejar, uma vez que não havia um consenso entre o uso dos métodos sintéticos, que tinham por base partir de unidades menores para a elaboração do todo, e o método analítico que era o oposto, ou seja, partia da palavra para a sílaba.

A escola era autônoma em definir qual destes métodos utilizar, portanto havia quem usava o método sintético e quem aderira ao método analítico, só que isso provocava uma lacuna porque existe uma relação entre os dois métodos. Portanto era necessário que o professor tivesse a sensibilidade e a habilidade de estabelecer, na sua prática pedagógica, a melhor estratégia a ser utilizada, não descartando um ou outro método.

Como resultado dessa situação, muitos professores não tinham esse cuidado e também não consideravam as competências que os alunos já desenvolviam socialmente, oferecendo a esses apenas os conteúdos livrescos que, muitas vezes eram completamente descontextualizados da realidade do aluno, causando-lhe assim, um total desinteresse pela escola, provocando um quadro cada vez maior de desistências, repetência e conseqüentemente abandono escolar.

De acordo com Ferreiro & Teberosky (1999), toda essa situação perdurou por

muito tempo, até que por volta de 1960, a situação da educação brasileira, mais precisamente relacionada à leitura e à escrita, passou novamente por mudanças, passando a ser influenciada pelo Construtivismo que chegava ao Brasil.

2 NOVAS PERSPECTIVAS DE ALFABETIZAR: Do Construtivismo ao Alfabetizar letrando

2.1 O Construtivismo e um novo olhar para a Alfabetização

Mudanças sociais e culturais ocorreram ao longo dos anos após a Proclamação da República no Brasil e no mundo. Em relação à educação, a situação não foi diferente, dado que havia a necessidade de que a escola promovesse um ensino qualificado e cada vez mais significativo para o aluno. Portanto, era necessário uma mudança no sistema educacional, principalmente na educação básica e mais ainda no que se referia à leitura e à escrita das crianças, ou seja, na alfabetização.

Nessa perspectiva, na década de 1980, muitos professores brasileiros passaram a adotar em suas aulas o Construtivismo, baseado na epistemologia genética de Jean Piaget (1896 – 1980). Segundo as ideias de Barros (2006), o construtivismo foi uma corrente de pensamento elaborada por Jean Piaget, depois de estudar o desenvolvimento mental das crianças, partindo da criação de hipóteses formuladas para explicar os fatos observados. Esse estudo foi desenvolvido através de técnicas experimentais que continham entrevistas e aplicação de teste.

Para o estudioso, as pesquisas seguiam sempre um padrão mutável, ou seja, a cada entrevista, novas perguntas eram formuladas de acordo com a capacidade cognitiva da criança. Dessa forma, Piaget buscava compreender o pensamento dos entrevistados a partir de suas perguntas, que variavam de criança para criança. Foi então que, a partir das observações feitas com esse estudo, Piaget chegou à formulação da teoria da Psicologia Genética.

Essa teoria buscava, sobretudo, explicar o desenvolvimento mental das crianças no campo do pensamento, da linguagem e da afetividade, demonstrando ainda que, todo esse desenvolvimento cognitivo ocorre com o passar do tempo, à medida que a criança vai adquirindo maturidade, ou seja, em estágios que normalmente variam de acordo com a idade da criança.

De acordo com Palangana (2015), a concepção piagetiana sobre o desenvolvimento cognitivo ocorre em quatro estágios ou períodos que definem um momento do desenvolvimento como um todo, ou seja, a cada estágio a criança constrói estruturas cognitivas diferentes que, vão ao longo de sua vida se tornando

cada vez mais complexas, uma vez que cada estágio se desenvolve a partir do que foi assimilado anteriormente.

O primeiro estágio é denominado de sensório-motor, este é o estágio inicial de desenvolvimento infantil, ocorre desde o nascimento até mais ou menos os dois anos de idade. Nele a intelectualidade da criança está relacionada à natureza sensorial e motora, em que o indivíduo percebe o ambiente que lhe rodeia a partir dos sentidos.

No recém nascido, todas as suas ações ocorrem por reflexos - sucção e movimento - porém, a medida que a criança vai adquirindo maturação no sistema nervoso e passa a interagir com o meio, seus reflexos passam a ser modificados e ela consegue sem a intervenção da representação ou do pensamento, construir seus primeiros esquemas de conhecimento baseados, sobretudo, na coordenação sensório-motora das ações.

A principal evolução desse estágio é a “permanência do objeto”, ou seja, quando a criança passa a desenvolver uma memória elementar, além de elaborar subestruturas cognitivas que servirão de base para construções cognitivas futuras. Veja a imagem a seguir:

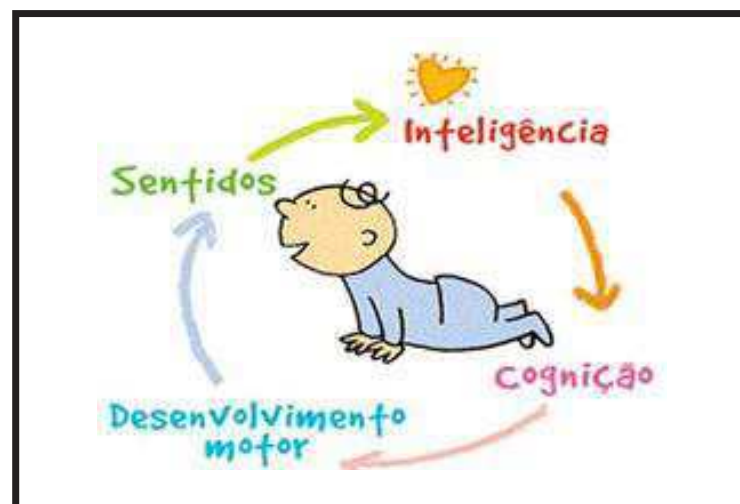


Figura 7: Estágio sensório-motor.

Fonte: <https://revistaculturacidadania.blogspot.com.br>.

Já o segundo estágio é chamado de pré-operatório e vai dos dois aos sete anos. Nele, a criança desenvolve a capacidade simbólica em suas diferentes formas, ou seja, ela passa a utilizar palavras, imagens e símbolos mentais para representar pessoas e objetos que não se encontram presentes. É nessa fase também que as

crianças passam a ter uma maior habilidade para a linguagem, ela consegue entender e usar palavras aumentando significativamente seu vocabulário.

Ainda neste estágio é possível se observar algumas características desenvolvidas pelas crianças como: egocentrismo (incapacidade de ver o mundo por outro ponto de vista que não o seu), antropomorfismo (atribuição de características humanas a objetos e animais), animismo (imagina que os seres inanimados possuem vida), realismo intelectual (a criança não dissocia o modelo interiorizado da perspectiva visual), entre outras. Para melhor ilustrar a característica do realismo intelectual Palangana (2015, p.12) compara o modelo interiorizado com a perspectiva visual dizendo que “ a criança desenha uma figura humana vestida e coloca um umbigo”, tentando reproduzir não só o que se vê mas também um dos elementos que ali existe. Na imagem que segue é possível observar tais evoluções que ocorrem neste estágio.



Figura 8: Estágio pré-operatório.
Fonte: <http://jornada-do-saber.blogspot.com.br>.

O terceiro estágio ou estágio das operações concretas ocorre dos sete aos doze anos. É nessa etapa de desenvolvimento que a criança utiliza a lógica e o raciocínio, porém, para que isto ocorra é necessário que as ações estejam diretamente ligadas à realidade concreta.

Neste estágio a criança passa a utilizar conhecimentos lógicos, entendendo o pensamento do outro e se fazendo entender por meio de argumentos. É neste momento que desaparecem os pensamentos fantasiosos e o egocentrismo da fase anterior. Em suma, a criança passa a interiorizar o pensamento e os tornam suscetíveis de serem entendidos. Nesta imagem é possível observar a criança utilizando a lógica e o raciocínio a partir de um jogo.



Figura 9: Estágio das operações concretas.

Fonte: <https://pt.slideshare.net/>.

O quarto e último estágio, denominado de operatório formal, ocorre a partir dos doze anos, quando o adolescente já é capaz de distinguir o real e o possível, ou seja, quando já consegue pensar em termos abstratos.

Nessa perspectiva, o adolescente possui um campo de equilíbrio mais desenvolvido, o que lhe proporciona a capacidade de operar utilizando-se da análise combinatória e da linguagem como instrumento para a elaboração das hipóteses. A imagem abaixo mostra a capacidade que o adolescente tem de interagir com os demais na realização de atividades que envolvem a análise e a elaboração de hipóteses para se chegar à solução de problemas.



Figura 10: Estágio operatório formal.

Fonte: <https://pt.slideshare.net/>.

A partir dos seus estudos, Piaget pôde comprovar que a aprendizagem é um

processo que se dá através de aproximações sucessivas e não de forma acumulativa e homogênea, como se supunha até então, isto é, o processo de aprendizagem ocorre a partir da assimilação que a criança vai adquirindo por meio de estímulos que lhes são apresentados no dia a dia.

Para Barros (2006), por muitos anos esse trabalho ficou restrito ao Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra, na Suíça, local onde trabalhava Piaget. Isso ocorreu porque para muitos pesquisadores da época, esse trabalho foi realizado a partir de pesquisas que não seguiam um padrão científico, ou seja, as perguntas utilizadas nos testes e nas entrevistas não tinham um modelo fixo, já que para Piaget cada criança pensa de uma maneira diferente. Isso, para os pesquisadores, desqualificava sua pesquisa. Além disso, “se suas ideias fossem entendidas, exigiriam, para serem aceitas, grandes mudanças nas teorias científicas da época” (p. 41).

2.2 A Psicogênese da Língua Escrita na perspectiva de Ferreiro e Teberosky

Na década de setenta a pesquisa de Piaget ganhou credibilidade no meio científico, a partir da divulgação de seus seguidores, principalmente através das pesquisas de Ferreiro e Teberosky (1999) que publicaram o livro a Psicogênese da Língua Escrita, baseado, sobretudo na teoria de Piaget. Essa pesquisa começou com um trabalho experimental realizado em Buenos Aires, como docentes da universidade. É importante salientar que “esta pesquisa foi realizada sem nenhum apoio oficial nem subversão de tipo algum” (p.5).

Diante dos estudos realizados se entendeu que a criança passa de um estágio de menor desenvolvimento para outro de maior, aprimorando assim o cognitivismo, através de atividades específicas para cada idade com o objetivo de desenvolver a razão da criança. Na teoria de Piaget:

O conhecimento objetivo aparece como uma aquisição, e não como um dado inicial. O caminho em direção a este conhecimento objetivo não é linear: não nos aproximamos dele passo a passo, juntando peças de reconhecimento umas sobre as outras, mas sim através de grandes reestruturações globais, algumas das quais são “errôneas” (no que se refere ao ponto final); porém, “construtivas” (na medida em que permitem acender a ele) (FERREIRO E TEBEROSKY, 1999, p. 33).

Esta corrente de estudo, conhecida por Construtivismo, mostra que a criança

é capaz de construir seu conhecimento a partir de etapas diferentes, através de estímulos adequados a cada faixa etária em que ela se encontra.

A partir da Psicogênese da língua escrita, Ferreiro e Teberosky (1999) defendem que a criança antes de entrar na escola já possui alguns conhecimentos como, por exemplo, a linguagem verbal. Portanto, toda aprendizagem na escola tem uma pré-história em que a atividade de criar tem a capacidade de idealizar algo novo a partir de um conhecimento já existente. Sendo assim, através da memória o ser humano pode imaginar situações futuras e formar outras imagens a partir dela. E é nisso que o método construtivista consiste, em o aluno construir seu próprio conhecimento.

No Brasil, as ideias construtivistas foram amplamente divulgadas através da obra das autoras, acima citadas, por meio de programas de formação de professores, como também de materiais de orientação pedagógica e metodológica. Tudo isso produziu um grande impacto para a educação brasileira, já que o Construtivismo significou um marco divisor na história da alfabetização.

Segundo Soares (2017), o construtivismo transformou-se em um paradigma que, opunha-se aos métodos sintético e analítico por estar centrado, sobretudo, na aprendizagem e não nos métodos como ocorria até então. Além disso, questionou a prevalência do ensino sobre a aprendizagem, a passividade da criança em relação à aprendizagem que lhe era oferecida e a ideia que a criança aprendia por percepção, característica comum aos métodos sintético e analítico.

De acordo com o cognitivismo piagetiano, o construtivismo apresenta a prevalência da aprendizagem sobre o ensino, mudando assim o foco educativo que deixa de ser o do alfabetizador e seus métodos, para ser a criança e sua maneira particular de aprender. Sendo assim, a ação docente desenvolvida a partir de um método, pré determinado, dá lugar a uma prática pedagógica voltada ao estímulo e à orientação da aprendizagem, sem necessariamente, haver um método único envolvido nesse processo. O professor se configurou assim, apenas como um espectador ou um facilitador, o qual respeita os erros, mas acaba por não encaminhar o processo de aprendizagem dos alunos.

Além disso, o construtivismo propõe uma didática que aproxima o ensino da língua às práticas de leitura e escrita e defende que a aprendizagem ocorre, sobretudo, pela construção progressiva do conhecimento, sendo relevante para tanto a competência linguística da criança e a capacidade cognoscitiva que a mesma possui

ao adentrar na escola.

Para a autora (IBIDEM, p.22), essa mudança no padrão educacional, foi considerada uma “revolução conceitual” na alfabetização, uma vez que, propôs uma desvalorização dos métodos – analítico e sintético - utilizados pelas escolas para alfabetizar as crianças, causando assim, uma rejeição aos métodos de alfabetização como um todo.

Através dos pressupostos teóricos de Dias (2001) é possível constatar que os estudos de Emília Ferreiro e Teberosky contribuíram significativamente para a alfabetização, com a identificação dos níveis de evolução da escrita que toda criança percorre ao longo do tempo. Segundo suas observações, tudo começa a partir do momento que a criança descobre a função da escrita, passando posteriormente por níveis de desenvolvimento, até compreender como acontece a representação dessa escrita, ou seja, até ser realmente alfabetizado. Estes níveis de desenvolvimento são denominados de: nível pré-silábico, nível silábico, nível silábico alfabético e nível alfabético.

No Nível pré-silábico a criança começa a compreender que a escrita representa o que é falado. Em um primeiro momento ela utiliza o desenho para representar a escrita daquilo que é dito. Posteriormente essa criança passa a reconhecer, principalmente as letras que formam o seu nome e, começa a utilizá-las para tentar escrever outras palavras diferentes. Nesse nível, a criança também já entende que para ser palavra, que pode ser lida, esta deve conter no mínimo três letras, porém, a criança ainda escreve utilizando as letras de forma aleatória e atribuindo para cada sílaba uma única letra.

Os conflitos desenvolvidos pela criança nesta fase fazem com que a mesma consiga evoluir para o nível seguinte, ou seja, ao ser estimulada com um problema, a criança busca resolvê-lo a partir da sua lógica, porém, quando esse não é solucionado de forma satisfatória, esta muda a estratégia buscando novas possibilidades. E assim, vai pouco a pouco construindo seu conhecimento. Veja o exemplo a seguir que mostra a lógica de uma criança no nível pré silábico ao tentar escrever algumas palavras:

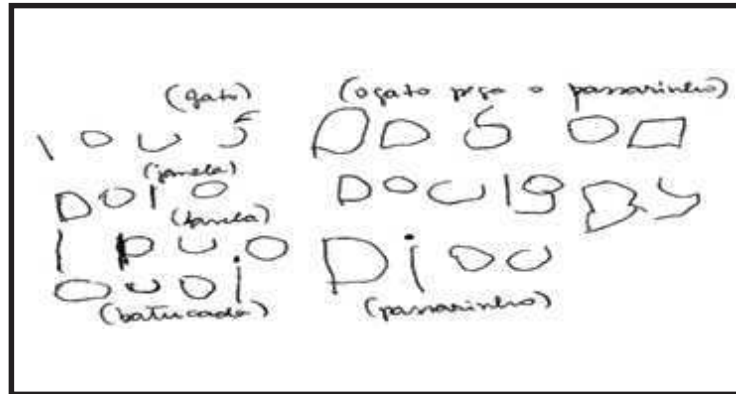


Figura 11: Nível pré-silábico.

Fonte: <http://cantinhodacoordenadoraanarita.blogspot.com.br>.

Já no **nível silábico**, a criança consegue estabelecer uma certa relação entre as letras e os sons da palavra, atribuindo de certa forma um valor sonoro para cada letra. Geralmente, ela utiliza uma letra para cada sílaba da palavra ou frase que quer escrever. No início, essas letras são escritas de forma aleatórias, e a medida que a criança vai aprendendo os sons das diversas letras, passa a escrever utilizando letras que realmente expressam o som da palavra. É muito comum que a criança utilize primeiro o som das vogais, uma vez que, estas são mais fáceis de serem reconhecidas. Isto fica evidente no exemplo abaixo:

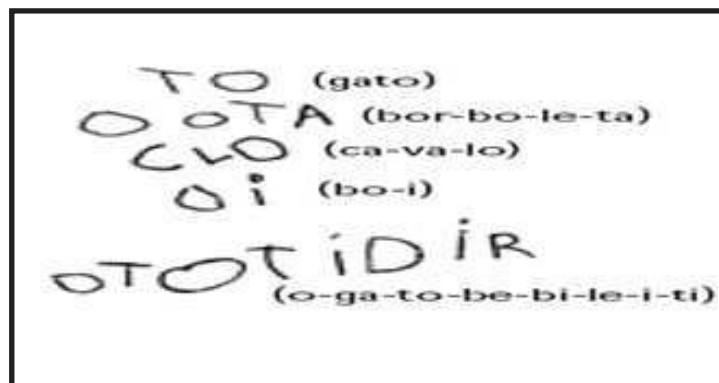


Figura 12: Nível silábico.

Fonte: <http://ninguempartras.no.comunidades.net/textos-esclarecedores>.

No nível **silábico-alfabético** ocorre uma transição, em que a criança ora escreve uma letra para cada sílaba (nível silábico), ora escreve reconhecendo os demais sons das palavras, usando uma letra para cada som, ou seja, na maioria dos casos, a criança escreve a palavra com algumas sílabas completas e outras não. Conforme a imagem abaixo percebe-se que a criança já identifica algumas sílabas.

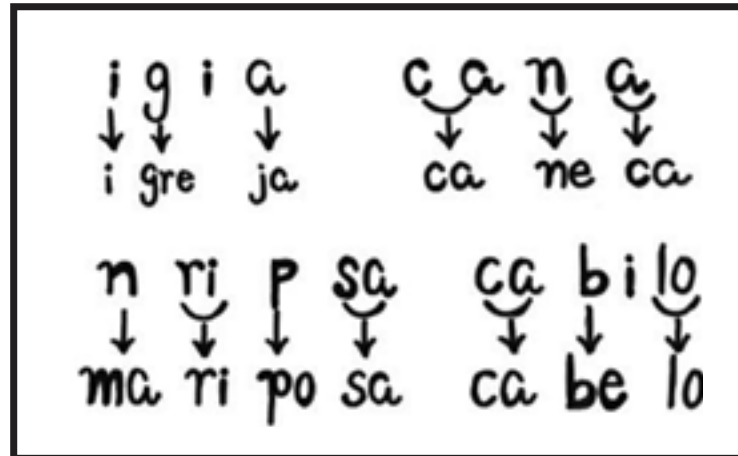


Figura 13: Nível silábico alfabético.

Fonte: <http://danielajanssen.com.br/wp-content/uploads>.

Finalmente, no **nível alfabético** a criança já é capaz de entender a relação que existe entre as letras, as sílabas e os sons. Já consegue reproduzir de forma adequada os fonemas de uma palavra, chegando assim a escrita convencional como mostra a imagem abaixo:

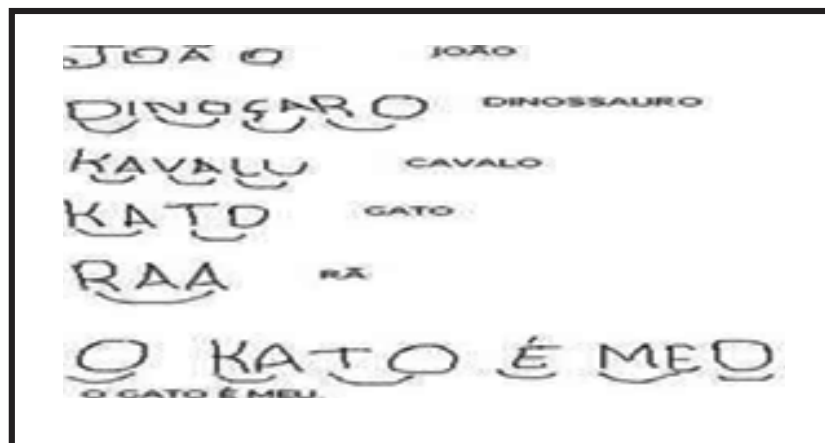


Figura 14: Nível alfabético.

Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/N0jC-gZ9QUY/hqdefault.jpg>.

Porém, ela precisa conhecer e dominar as irregularidades da língua portuguesa, que não é muito clara, já que apresenta sons que podem confundir a criança. É o caso da palavra fixo que se escreve com **x** mas tem o som de **cs**. Por isso o processo continua para que a criança tenha o domínio também das formas irregulares como se pode observar no exemplo abaixo, no nível alfabético-ortográfico, em que a criança escreve corretamente melancia e ameixa.

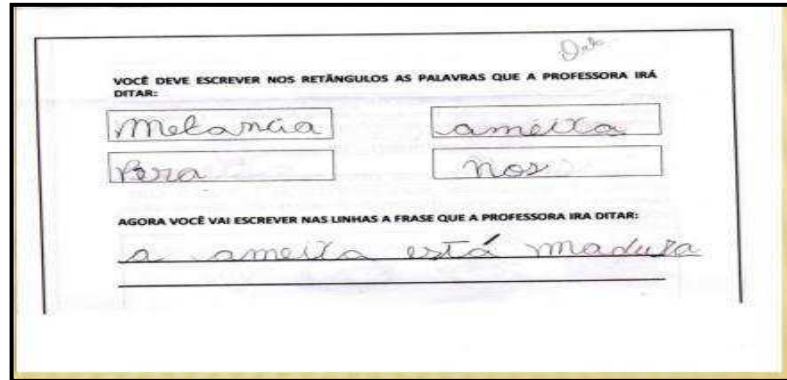


Figura 15: Nível alfabético ortográfico

Fonte: <https://pt.slideshare.net/RoseParre/>

Nesta perspectiva, é preciso deixar claro que a evolução desses níveis de aprendizagem da escrita não estão atribuídos à idade, mesmo que certas características da escrita apareçam mais frequentemente em crianças de uma mesma faixa etária. Portanto, o desenvolvimento dependerá do amadurecimento psicológico de cada criança.

De acordo com o pensamento de Barros (2006), Emília Ferreiro e Ana Teberosky buscaram com suas pesquisas ir muito além de apontar os culpados pelo fracasso que assolava a educação, elas encontraram caminhos para superar o fracasso escolar através da investigação do como se ensina e não mais em como se aprende, mudando assim, as concepções anteriores que julgavam sendo ora do aluno, ora do método a culpa por não ocorrer nas escolas o aprendizado esperado. Ela ainda afirma que os construtivistas:

Não estavam preocupados em apresentar um novo método para alfabetizar, nem novos testes para verificar se a criança já atingiu a “prontidão” para iniciar a aprendizagem. A preocupação de suas pesquisas era descobrir e descrever a psicogênese da língua escrita. O que as pesquisas revelaram veio mudar a compreensão do papel dos alunos e dos professores no processo educativo (BARROS, p. 150).

Assim, o construtivismo passou a ser um referencial indicado e usado para alfabetizar as crianças do ensino básico no Brasil. Este permitia que a própria crianças construísse seus conhecimentos de acordo com seu desenvolvimento cognitivo. Era um processo que normalmente poderia ser aplicado de forma individual ou coletiva, trabalhava com o conhecimento que a criança trazia para escola, fazia a união da língua falada, escrita e a leitura em um único processo, e poderia ser aplicado a qualquer criança. “Nessa perspectiva, o sucesso ou fracasso da alfabetização

relaciona-se com o estágio de compreensão da natureza simbólica da escrita em que se encontra a criança” (SOARES, 2003: p. 19).

Apesar dos avanços que o construtivismo proporcionou à educação como um todo, este era criticado por muitos, uma vez que não apresentava nenhum método a ser seguido, como estavam acostumados os professores que trabalhavam os métodos sintéticos e analíticos da época. Nessa nova concepção de ensino, o processo de construção da escrita passou a ser feito a partir da interação da criança com o objeto de conhecimento, portanto ela deveria construir o seu conhecimento a partir de descobertas progressivas. Para maior esclarecimento veja o que diz Soares a respeito (2003):

o problema é que, atrelada a essa mudança de concepção, veio a ideia de que não seria preciso haver método de alfabetização. A proposta construtivista é justa, pois é assim mesmo que as pessoas aprendem, não apenas a ler e escrever, mas é assim que se aprende qualquer coisa: interagindo com o objeto de conhecimento. (17).

A questão do ensino ficou subestimada, pois a grande maioria dos professores interpretaram o construtivismo de forma errônea, uma vez que eles não sabiam como intermediar o processo construtivista, já que a criança passava a ser a protagonista de sua aprendizagem, apagando assim a figura do professor. Em consequência, muitos educadores perderam focos importantes da alfabetização e a proposta construtivista foi sendo pouco a pouco mal entendida. Além disso, constatou-se que, apesar de saberem ler e escrever, as crianças alfabetizadas na perspectiva construtivista não conseguiam interpretar textos simples e tão pouco entender a diversidade textual que existia, além de não escreverem textos coerentes e significativos.

Sendo assim, a alfabetização passou a ter um novo direcionamento, baseado no letramento, que tinha como diferencial o desenvolvimento de uma ação pedagógica voltada para todas as práticas sociais, em que estão inseridos os alunos, ao considerar a sua cultura, seus valores, conhecimentos prévios, etc, numa contínua interação com os novos conhecimentos que o aluno adquire na escola.

Em concomitância à época do Construtivismo, na década de sessenta, apresentaram-se as ideias de Paulo Freire que revolucionaram o ensino aprendizagem da Alfabetização de adultos no Brasil. Estas estavam voltadas para a questão política e social que defendia o direito à cidadania a todas as pessoas. Para

isso, considerava imprescindível que aprender a ler e a escrever fosse um direito garantido que população pudesse ter para atuar na sociedade, como sujeitos pensantes e autônomos.

Magda Soares (2015) ao comparar a sua proposta de Alfabetização e a de Paulo Freire afirma:

Não considero que a principal contribuição de Paulo Freire é um método de alfabetização. O que chamam de “método Paulo Freire de alfabetização” não existe. A grande contribuição que ele deu foi a visão política da alfabetização e da luta contra o analfabetismo. Quanto à alfabetização, sua contribuição foi que não se deve alfabetizar com “Eva viu a uva”, mas sim com palavras e textos da realidade da pessoa. O foco de Paulo Freire foi sobretudo a alfabetização do adulto. Meu foco é a alfabetização de crianças. Alfabetizando operário, é fundamental trabalhar com a palavra tijolo, por exemplo. Alfabetizando crianças, trabalho com a palavra boneca ou bola. Tudo isso para a pessoa aprender a língua escrita como instrumento de inserção social e cultural e da luta por seus direitos.

Diante do proposto pode-se constatar a valiosa contribuição que este teórico deu à nossa Educação ao considerar as práticas sociais como alicerce em que se fundamenta a aprendizagem, dado que essas partem dos conhecimentos prévios dos educandos, da sua cultura, valores, ética, etc, que envolvem o ser humano como um todo.

2.3 A alfabetização sob a ótica do letramento.

O Brasil iniciou o século XX oferecendo uma alfabetização ainda não satisfatória, uma vez que seus alunos aprendiam apenas o código da língua escrita, ou seja, as habilidades de ler e escrever, sem muitas vezes entender a importância social dessas ações.

Segundo Soares (2015, p. 13), a década de quarenta foi marcada pela democratização da educação, visto que as escolas passaram a receber um número significativo de alunos, porém apenas metade dos alunos que ingressavam na 1ª série conseguiam ser efetivamente alfabetizados, isso ocorria, na maioria das vezes, em decorrência das práticas educacionais que dificilmente valorizavam os conhecimentos prévios dos seus alunos e muito menos preocupavam-se em relacionar a educação com o mundo exterior à sala de aula. Este fato dificultava o entendimento do aluno, que desmotivado, geralmente não conseguia aprender. Através deste dado divulgado pelo Ministério da Educação foi possível perceber que a alfabetização oferecida pelas

escolas deveria mudar.

Compreendeu-se então, que o conceito de alfabetização estava restrito, por isso era necessário ampliá-lo, ou seja, a cada dia a sociedade tornava-se mais complexa, cada vez mais grafocêntrica e assim, exigia outras perspectivas na aprendizagem do código da língua, indo além do ler e escrever.

Diante da necessidade de mudar a alfabetização tradicional, muitos estudiosos buscavam uma maneira de integrar a escrita com todos os aspectos sociais, e não somente dentro da escola, como afirma Kleiman (2005):

Na metade da década de 1980, no Brasil, vários pesquisadores que trabalhavam com as práticas de uso da língua escrita em diversas esferas de atividade sentiram falta de um conceito que se referisse a esses aspectos sócio-históricos dos usos da escrita, sem as conotações sobre ensino e escola associadas à palavra alfabetização. (22).

Ainda para Soares, surge no Brasil, em meados da década de 80, as primeiras ideias sobre letramento que vinham escritas no livro da autora Mary Kato, *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística* de 1986.

Ainda neste ano, Leda Verdiani Tfouni traz no livro *Adultos não alfabetizados - o avesso do avesso*, a definição de letramento e tenta mostrar a diferença que há entre essa prática e a alfabetização oferecida nas escolas até então, passando dessa forma a ser um referencial para muitos professores.

Estes livros traziam a definição de letramento como sendo uma prática que tem um sentido bem mais amplo que as práticas escolares propriamente ditas, mas, as incluía como necessárias para que o uso da escrita contemplasse também as profundas mudanças que ocorriam na sociedade.

O termo letramento é uma tradução da palavra inglesa literacy que significa a condição de ser letrado, ou seja, designa um conceito referente àquele que sabe ler e escrever, logo é alfabetizado, e se utiliza disso para envolver-se nas mais variadas práticas sociais, exercendo assim, seu direito à cidadania.

Diante dessa nova realidade social, as escolas teriam a responsabilidade de alfabetizar o aluno, para que este descobrisse o sentido real da língua em diferentes contextos. Compreender que a prática da leitura e da escrita está diretamente relacionada com as práticas sociais como ler um jornal, uma propaganda, um letreiro de ônibus, dentre outras tantas situações do dia a dia.

Ainda para Soares (2017, p.27), o termo letramento significa um aprendizado

da língua escrita “entendida não apenas como a aprendizagem da tecnologia da escrita - do sistema alfabético e suas convenções - , mas também como, de forma abrangente, a introdução da criança às práticas sociais da língua escrita”.

Nessa perspectiva, saber ler e escrever já não era suficiente para interagir em uma sociedade que utiliza-se das mais variadas formas de comunicação para manter a relação social entre as pessoas . Havia a necessidade de entender o mundo através da leitura e da escrita.

De acordo com as ideias de Kleiman (2005), o letramento ocorre tanto no ambiente escolar como no ambiente social. No ambiente escolar quando busca desenvolver no aluno habilidades relacionadas, sobretudo, ao código da língua escrita e falada, e no ambiente social quando o aprendizado adquirido na escola passa a ser entendido e vivido de forma relevante na vida deste aluno.

A alfabetização em muitas escolas passou, a partir do letramento, a modificar a relação entre o escrito e o oral, promovendo uma necessária reflexão sobre a relação direta que há entre a língua que se fala e a língua que se escreve, uma vez que dentro e fora da escola ocorrem situações em que é comum a utilização desses dois elementos, mostrando assim que o desenvolvimento da língua não é interrompido ao sair da escola, pelo contrário, faz parte do cotidiano.

O letramento passou então a ser abordado como um ato complexo que requer a utilização de múltiplas capacidades e habilidades, nem sempre relacionadas à leitura, isto ocorre porque a prática do letramento não está restrita àqueles que são alfabetizados. Engloba também aqueles que não tem o domínio do código escrito, mas que possuem no cotidiano, as habilidades da leitura e da escrita expostas em todos os lugares onde ela passa.

O letramento é um processo vasto que apresenta a leitura e a escrita, mesmo não tendo ocorrido ainda a alfabetização. Acontece quando o aluno sabe distinguir através do raciocínio lógico, a imagem de embalagens, rótulos, cartazes, mesmo ainda não tendo o domínio da leitura e da escrita propriamente dita, mas antecedendo na língua oral, a língua escrita, através do seu conhecimento prévio adquirido com o convívio social.

Toda essa mudança conceitual na forma de alfabetizar, que agora centrava a educação nas práticas sociais e na vivência dos próprios alunos, causou muita polêmica, uma vez que muitos professores comparavam letramento e alfabetização, dizendo que os conceitos propostos pelo letramento estavam, de certa forma,

incluídos na definição de alfabetização. Soares (1998), explica que estes conceitos são associados, porém distintos e assim demonstra que há uma grande diferença entre alfabetizar e letrar, entre o alfabetizado e o letrado:

[...] um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita. (p. 4).

Para a mesma autora, o letramento possui duas dimensões principais: uma individual, que é a capacidade de adquirir a habilidade de ler e escrever, ou seja, é um atributo pessoal; e uma social, tida como um fenômeno cultural, já que se refere a todas as atividades em que se utilizam a leitura e a escrita.

Dessa forma, muitos professores, após o letramento ser introduzido no nosso cotidiano escolar, compreenderam que o problema da alfabetização não era unicamente ensinar a ler e escrever, mas, sobretudo, ensinar a seus alunos a fazer uso da escrita e da leitura nas suas práticas sociais. Na imagem abaixo é possível perceber que o trabalho com o jornal permite que a criança entenda a função social deste gênero.



Figura 16: Trabalho com gêneros textuais.

Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br>.

Depois deste período de entendimento e aceitação da prática do letramento, o assunto passou a ser objeto de estudo para muitos profissionais da área educacional, tema de diferentes trabalhos acadêmicos e também livros, visto sua importância para a educação. Entre estes, Os significados do letramento, 1995, da

autora Ângela Kleiman que favoreceu a ampliação dos estudos sobre letramento por todo o Brasil.

2.3.1 Alfabetizar letrando.

Diante desta nova perspectiva de alfabetização, muitos estudiosos desenvolveram trabalhos para mostrar que o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, seria ensinar a ler e a escrever, partindo de algo conhecido pela criança, ou seja, dos aspectos sociais em que estes estão inseridos.

Segundo Soares (1998, p. 47) Alfabetizar e letrar não é a mesma coisa, no entanto, são ações que estão interligadas, portanto “o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado”.

Alfabetizar corresponderia à ação de ensinar a ler e a escrever, enquanto letrar seria considerar o estado ou a condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita.

Para isso, pensar em alfabetizar letrando, significa mais do que defender a volta dos antigos métodos (analíticos ou sintéticos), por isso torna-se necessário o trabalho específico de ensino do sistema de escrita alfabética inserido em práticas de letramento, ou seja, em práticas que envolvam todos os aspectos da vida da criança, partindo da concepção de escrita até o seu uso nas práticas sociais.



Figura 17: Desenvolvimento da escrita.

Fonte: <https://www.eemariadasdores.com.br>.

Na perspectiva, de alfabetizar letrando, torna-se necessário entender que a criança que nasce em uma sociedade cada vez mais centrada na escrita, começa desde cedo a ter contato com os mais diversos materiais escritos: propagandas, a comunicação urbana como placas, nomes de supermercado, marcas, músicas infantis etc, além de conviver com pessoas que utilizam-se da língua, seja falada ou escrita. Tudo leva a criança a ir conhecendo e reconhecendo práticas de leitura e escrita, ou seja, de certa forma ela já começa a ser alfabetizada mesmo antes de chegar à escola.

Segundo FREIRE (1989, p.09), “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Portanto, ao chegar nas instituições de ensino essa criança, mesmo não tendo o domínio do código da escrita, ela já traz consigo uma bagagem cultural que não deve ser desprezada pela escola.

A criança que vive em um ambiente estimulador (seja em casa ou na escola) terá mais facilidade para realizar as práticas de letramento. Ao ter contato frequente com livros, jornais, revistas em quadrinhos, filmes, entre outros, essa criança amplia sua capacidade de adquirir o domínio dos signos linguísticos, facilitando assim, sua alfabetização. Conforme diz Kleimam (2005):

[...] As práticas de letramento fora da escola tem objetivos sociais relevantes para os participantes da situação. As práticas de letramento escolares visam ao desenvolvimento de habilidades e competências no aluno e isso pode ou não ser relevante para o estudante. (p.33).

Ao chegar à escola, e serem alfabetizados na perspectiva do letramento, os alunos serão estimulados através de cartazes, com parlendas, cantigas, poemas, trava-línguas; palavras estáveis, como o nome próprio, palavras com o mesmo campo semântico, como lista de frutas, lista do cardápio de aniversário, lista dos ingredientes de uma receita entre diversas outras atividades de exploração do uso da escrita. Essas práticas de leitura e escrita deverão proporcionar a este aluno o conhecimento das diferentes funções da língua.

Ainda para Soares (2004), é importante compreender que alfabetizar letrando é promover à criança uma aprendizagem de ler e escrever, para que esta passe a conviver com práticas reais de leitura e de escrita. Assim é importante substituir as cartilhas por materiais que tenham alguma significação para esta criança, promovendo assim, uma aproximação do social com a produção do conhecimento que pode ocorrer através de aulas como a vista na imagem a seguir, onde a professora utiliza-se de

uma metodologia diferenciada, para promover o desenvolvimento da leitura e da escrita de forma lúdica e prazerosa.



Figura 18: Incentivo à leitura.

Fonte: <https://casinhadeleitura.wordpress.com>.

Nesta segunda imagem é possível perceber uma prática de letramento em que a mudança de uma letra pode alterar o sentido da palavra, proporcionando ao aluno múltiplas possibilidades de construir novas palavras, ampliando assim seu léxico.



Figura 19: Prática de letramento.

Fonte: <http://verinhaalfabetizacao.blogspot.com.br>.

Enfim, diante dessas inúmeras possibilidades de alfabetizar letrando,

constata-se uma grande diferença, se comparada aos métodos tradicionais, uma vez que valoriza a criança e todo o seu contexto social, desenvolvendo assim sua capacidade de interagir diante das mais variadas circunstâncias que a sociedade oferece.

2.3.2 O desafio do professor diante das novas práticas de letramento.

Com as mudanças sociais ocorridas nos últimos tempos, principalmente, no que se refere às comunicações, a leitura e a escrita passou a ter um papel determinante na vida das pessoas, desta feita, a responsabilidade da instituição escolar aumenta ainda mais, uma vez que deve adaptar-se para garantir uma educação de qualidade. É preciso que a escola esteja preparada para receber crianças cada vez mais conectadas com as novas tecnologias e com os variados tipos de informações e, assim o professor já não pode se deter unicamente a alfabetizar. Ele deve alfabetizar letrando, como explica Freire:

O educador que se dispõe a exercer o papel de "professor-letrador" considera que: [...] o ato de educar não é uma doação de conhecimento do professor aos educandos, nem transmissão de idéias, mesmo que estas sejam consideradas muito boas. Ao contrário, é uma contribuição "no processo de humanização". Processo este de fundamental papel no exercício de educador que acredita na construção de saberes e de conhecimentos para o desenvolvimento humano, e que para isso se torna um instrumento de cooperação para o crescimento dos seus educandos, levando-os a criar seus próprios conceitos e conhecimento. (FREIRE, 1990 apud PEIXOTO et al, 2004).

Nesta perspectiva, é fundamental que o professor conheça o processo de letramento, suas características e particularidades, além disso é necessário também que este tenha um olhar voltado para si mesmo, no que se refere a ser um bom leitor, um produtor de textos, que saiba utilizar as ferramentas de pesquisa, ou seja, que busque ser letrado, para depois letrar seus alunos.

Para Rojo (2010), o letramento implica em uma ação de acolhimento aos usos e práticas sociais de linguagem, esta contempla qualquer que seja o tipo de escrita, abrange contextos sociais diversos, como também a diversidade cultural que existe, logo a escola precisa estar adaptada à essas novas práticas de letramento.

Diante dos variados contextos, comunidades e culturas que a escola contempla, mais variadas também tornam-se as práticas de letramento que existem

para serem trabalhadas pelos profissionais que compõem a escola. É por isso, que atualmente não falamos mais letramento e sim letramentos. Essa tendência, dos múltiplos letramentos, exige mudanças na maneira de se conceber a alfabetização, incluindo nas atividades diárias dos alunos práticas letradas como afirma Rojo (2010):

Assim, trabalhar com os letramentos na escola, letrar, consiste em criar eventos (atividades de leitura e escrita – leitura e produção de textos, de mapas, por exemplo – ou que envolvam o trato prévio com textos escritos, como é o caso de telejornais, seminários e apresentações teatrais) que possam integrar os alunos a práticas de leitura e escrita socialmente relevantes que estes ainda não dominam. (p. 27).

De acordo com as ideia de Kleiman (2007), quando o professor objetiva ter o letramento como base para o seu ensino, a ação pedagógica desenvolvida por ele parte da prática social para o conteúdo e não do conteúdo para a prática, como geralmente ocorre nas escolas. O professor letrador organiza sua prática pedagógica a partir de materiais, saberes e práticas que tem de certa forma, alguma funcionalidade em relação à vida do seu aluno e a comunidade em que ele está inserido. Cabe ressaltar que esse planejamento não é estático, uma vez que ao trabalhar as mais diversas práticas sociais e com culturas diferentes, é natural haver uma redefinição de metas sempre que isso se fizer necessário.

Não existe, pois, um receita pronta ou mecanismos pré elaborados para trabalhar o letramento em sala de aula. O que existe é a responsabilidade de um professor que busca, por meio de sua prática, promover ao seu aluno os modos culturais de utilização da língua escrita, para que desta forma ele consiga autonomia para viver em sociedade como um cidadão ativo.

Percebe-se assim, que alfabetizar letrando exige atenção por parte do professor, pois é muito comum dizer-se professor letrador, mas na prática cotidiana trabalhar textos, poemas, entre outros gêneros textuais apenas como pretexto para voltar ao ensino tradicional.

Peixoto (et al, 2004), fundamenta seus estudos a partir das ideias de Kleiman (2007), e destaca algumas ações que devem ser desenvolvidas por aqueles que buscam alfabetizar letrando. Para isso, o processo de ensino aprendizagem inicia pela investigação das práticas sociais dos seus alunos, adaptando-as aos conteúdos que serão trabalhados cotidianamente. Nesse caso é necessário desenvolver práticas

pedagógicas que indiquem a serventia da linguagem escrita através de diferentes gêneros textuais.

Outro fator importante que a autora destaca é a relevância de estimular o aluno a desenvolver a leitura e a escrita, respeitando o conhecimento empírico que este vivencia em seu dia a dia.

Quanto à avaliação, a estudiosa defende que o professor deve ter um cuidado especial ao avaliar, visto que existe uma diversidade cultural entre os discentes.

Diante desse desafio que o professor deve enfrentar para trabalhar na perspectiva do letramento, não se poderia deixar de enfatizar que nos últimos anos, a população mundial passa por transformações cada vez mais intensas. O processo de globalização nunca foi tão vivenciado e o uso das novas tecnologias: televisão, celular, computador entre outros, promoveram enormes mudança no aspecto econômico, social e cultural da sociedade, mudando assim a rotina das pessoas.

Segundo os estudos de Rojo (2010), a linguagem que constitui essas tecnologias normalmente se misturam com outras linguagens (semiose), integrando imagens estáticas, sons e imagens em movimento, produzindo assim, hipertextos. Esta é uma tendência mundial e faz parte do cotidiano da maioria dos alunos assistidos pelas escolas.



Figura 20: Novas tecnologias e educação.

Fonte: <http://www.positivo.com.br>.

Nesse sentido, a pergunta é: como trabalhar o letramento com toda essa diversidade cultural que compreende desde as novas tecnologias às mídias

emergentes que circulam nas redes sociais? Para a autora, o currículo para trabalhar o multiletramento deve estar centrado em práticas que envolvam textos, discursos, gêneros textuais e mídias, nunca deixando para um segundo plano as referências sociais e culturais que fazem parte do cotidiano da comunidade em que está inserida a criança. Portanto, ressalta-se aqui a necessidade de o professor estar preparado para utilizar esses novos meios de comunicação a seu favor, inserindo em sua prática pedagógica atividades que envolvam o uso dessas ferramentas, uma vez que fazem parte do mundo da criança, promovendo uma educação realmente significativa e de qualidade.

3 UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO ALFABETIZAR LETRANDO

Através das reconsiderações realizadas neste trabalho sobre o processo de alfabetização, desenvolvido ao longo do tempo no Brasil, através dos Métodos de Alfabetização Sintético e Analítico, como também pela proposta do Construtivismo, foi possível compreender a importância de buscar novos caminhos que dessem conta de uma Alfabetização voltada para o desenvolvimento integral da criança, como propõe Soares (2004) ao entender esse processo como um fenômeno de natureza complexa e de muitas faces, por considerar aspectos psicológicos, psicolinguísticos, sociolinguísticos e linguísticos.

Nesse contexto, o presente capítulo apresenta uma proposta de atividade pedagógica a ser apresentada a professores, na perspectiva do letramento, para ser trabalhada com alunos do 1º ano do Ensino Fundamental. Essa tem por objetivo promover a introdução da criança à cultura letrada, e mais precisamente ao sistema de escrita alfabética. Aqui é importante ressaltar que, muitos desses alunos, advindo da educação infantil, já possuem habilidades que lhes permitem desenvolver atividades que envolvem as mais diversas práticas de leitura, de escrita, como também de oralidade, ao expressarem seus pensamentos de forma lógica e significativa.

Esta proposta surgiu a partir do entendimento de que ao alfabetizar letrando, todas as ações praticadas pelo professor devem estar voltadas para o desenvolvimento dos alunos, tornando-os agentes do seu próprio conhecimento.

Baseada nas ideias de Soares (2004), a proposta visa acima de tudo, inserir a criança em práticas reais de leitura e de escrita que as motive a ler e escrever, tornando assim a aprendizagem significativa. Para tanto, desenvolveu-se uma prática de leitura e escrita que visa, sobretudo, valorizar os conhecimentos prévios dos alunos, que por sua vez dialogarão com os novos conhecimentos que as crianças irão adquirir na escola.

Portanto, é tarefa do professor estimular a criança a desenvolver habilidade oral (língua falada) e escrita (língua escrita), ou seja, fazer com que a criança entenda que a língua oral pode ser escrita e que as letras e palavras servem para representar o que foi dito, proporcionando assim, o desenvolvimento cognitivo e a autoconfiança da criança.

DADOS BÁSICOS

Proposta: Desenvolver a habilidade de transformar os relatos orais (língua falada) em texto escrito (língua escrita).

Objetivo: Promover a introdução das crianças à cultura letrada, e mais precisamente ao sistema de escrita alfabética.

Público alvo: Alunos do 1º ano do Ensino Fundamental.

Pretende-se que a proposta seja desenvolvida em três momentos, que tem a duração de cinco aulas, descritas abaixo:

1º momento:

A aula deverá ser iniciada com a proposta de uma roda de conversa, onde será feita pelo professor a leitura do livro “O passeio na cidade de Cajazeiras - PB”, de Josefa Veríssimo Rolim (2013).



O livro utilizado neste primeiro momento da prática pedagógica, conta a história da cidade de Cajazeiras - PB, de forma sucinta, porém, bastante atrativa para as crianças, uma vez que traz inúmeras ilustrações.

Depois da leitura será feita a socialização com as crianças por meio de perguntas como:

1. Qual é o título do livro?
2. Quem escreveu este livro?

3. De que fala o livro?
4. Que lugares são mostrados no livro?
5. Quem são os personagens do livro?
6. Vocês conhecem algum dos lugares mostrados no livro?

A partir das respostas dos alunos, promover o reconto da história lida.

Posteriormente disponibilizar às crianças materiais como revistas, livros, encartes, jornais, entre outros que contenham imagens e informações sobre a cidade de Cajazeiras para que se organize um mural que será exposto em sala.

Organizar o mural com os trabalhos realizados.

2º momento:

Passeio pela cidade visitando os pontos turísticos e históricos abordadas na aula anterior. Desta feita, pedir aos alunos que registrem por meio de fotos os momentos vivenciados durante o passeio.

3º e 4º momento:

Organizar novamente uma roda de conversa e instigar o relato oral de como aconteceu o passeio a partir de questionamentos como:

1. Onde fomos passear?
2. O que vocês viram de interessante?
3. Alguém quer falar o que aprendeu?

Após esse momento de relatos orais, propor aos alunos a construção de uma produção de texto em cartolina, a partir dos relatos feitos por eles, tendo o professor como escriba, e abordando os elementos que compõem o gênero narrativo como: título, personagens, parágrafos e desfecho.

Pedir que cada criança escreva seu nome na produção.

Em seguida, ilustrar a produção com as fotos que foram feitas durante o passeio.

Expor o texto na sala de aula de forma que os alunos possam, sempre que quiserem, fazer uso do mesmo.

5º momento:

Organizar o ambiente da sala com todo material produzido pelos alunos e convidar os pais para uma culminância da atividade em que as crianças terão a oportunidade de socializar a sua aprendizagem com a comunidade, que neste caso serão os pais.

Como se pode observar, na perspectiva de alfabetizar letrando, não é necessário que a criança saiba ler e escrever para estar em contato com os mais variados gêneros textuais, já que a relação constante da criança com estes textos promove a aquisição do código escrito e a inclusão destas nas práticas sociais construindo, por meio desse processo, uma relação de autonomia e competência.

Para isso, torna-se necessário a qualquer professor, compreender que o processo de alfabetização é uma construção complexa que exige, de ambas as partes envolvidas, empenho e dedicação, porém cabe ao professor, como mediador do processo, mostrar ao aluno o sentido da escrita e da leitura por meio de sua prática, ou seja, concretizar o uso social da língua escrita, dentro e fora da escola, tornando a criança capaz de interagir socialmente.

Portanto, cabe ressaltar que a questão da alfabetização não está no método a ser usado, no como se ensina, mas na maneira como a criança aprende, ou seja, a partir de algo que tenha significado para ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho monográfico foi possível fazer um retrospecto do processo de alfabetização oferecido pelas escolas brasileiras desde a Proclamação da República até os dias atuais, observando-se para isso, as principais características das ações praticadas pelos professores no ato de alfabetizar crianças.

Após a análise feita, foi possível perceber que o método sintético, primeiro a ser difundido nas nossas escolas não era eficiente, uma vez que alfabetizava as crianças a partir de letras e sílabas até se chegar à elaboração de palavras e frases, apresentadas sempre de forma descontextualizada, causando um total desinteresse por parte dos alunos.

Em seguida, surge o método analítico, que por sua vez, traz uma inovação para a educação, passando a promover a alfabetização a partir de palavras, frases e historietas, o que de certa forma, faz a educação avançar, porém ainda não surte o desempenho esperado. Logo percebe-se que, por meio destes métodos as crianças apenas aprendiam a codificar e decodificar o sistema de escrita alfabética, porém não conseguiam fazer a relação necessária deste conhecimento com as práticas de leitura e escrita do dia a dia.

Diante desta constatação, buscou-se novas perspectivas para alavancar a educação e diminuir o fracasso escolar. Para isso, as escolas brasileiras passaram a adotar as ideias construtivistas, que mudaram o foco da educação do país, uma vez que passaram a mostrar que não é o método que promove uma boa alfabetização, mas a maneira como se ensina, ou seja, indicava que a criança deveria interagir com o objeto de estudo para aprender efetivamente.

O problema dos ideais construtivistas foi que muitos professores não conseguiram adaptar-se a essa nova maneira de ensinar, pois não conseguiam conceber que a criança deveria ser a protagonista do processo ensino aprendizagem. Logo, as ideias construtivistas foram pouco a pouco perdendo o foco nas escolas brasileiras.

Outro fator relevante tratado nesta pesquisa foi o reconhecimento que se deve dar a Paulo Freire pelas suas contribuições para com a alfabetização de adultos no Brasil, emancipando muitos que necessitavam da aquisição da leitura e escrita para tornar-se cidadãos operantes na sociedade.

Nessa conjuntura, surgem as ideias do alfabetizar letrando que tem por base

uma educação voltada para práticas que envolvam todos os aspectos da vida da criança, partindo da concepção de escrita até o seu uso nas práticas sociais.

Contudo, para que as crianças se tornem leitores e escritores competentes, principal objetivo da alfabetização, é preciso que os professores estejam capacitados e tenham a sensibilidade de promover estratégias, métodos, maneiras e habilidades que envolvam tanto a leitura quanto a escrita de procedimentos encontrados em livros, revistas, internet, e outros, de grande ajuda e valia para o desenvolvimento intelectual e social dos educandos. .

Nessa perspectiva, é importante ressaltar a necessidade do empenho profissional do professor para promover um trabalho pedagógico com qualidade e responsabilidade. Por isso é urgente encontrar meios para superar o ensino tradicional que ainda prevalece em muitas escolas pelo país, além de promover melhorias à educação, visando possibilitar aos alunos o desenvolvimento pleno de sua capacidade para que estes possam atuar criticamente em seu espaço social.

REFERÊNCIAS

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Psicologia e Construtivismo**. 1 ed, São Paulo: Ática, 2006.208p.

DIAS, Ana Iório. **Ensino da linguagem no Currículo**. Fortaleza: Brasil Tropical, 2001.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. –São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

KLEIMAN, Ângela B. **O conceito de letramento e suas implicações para a alfabetização**. Fevereiro de 2007.

Disponível em <<http://www.cursosonlinecursos.com.br/curso/apostila>> Acesso em 15 jul. 2017.

_____. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?**

Cefiel/Unicamp & MEC, 2005.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil**: contribuições para metodizar o debate. Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa” .

Disponível em <<http://www.acoalfaplp.net/>> Acesso em: 20 jun. 2017.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski**: a relevância do social. 6. Ed. São Paulo: Summus, 2015.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017. 384p.

_____. **Alfabetização e letramento**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas*. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em: 07 jul. 2017.

_____. **Alfabetização e letramento**. 6. ed., 7ª reimpressão. - São Paulo : Contexto, 2015.

_____. **Letramento, um tema em três gêneros**. Magda Soares. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 1998.

PEIXOTO, Cynthia Santuchi et al. **Letramento você pratica?** Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno09-06.html>> Acesso em: 11 jul. 2017.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 128 p.